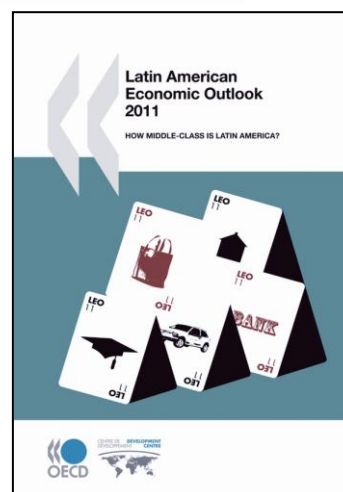


Latin American Economic Outlook 2011: How Middle-Class Is Latin America?

Summary in Portuguese



Perspectivas Económicas da América Latina 2011:

De que forma a América Latina é classe média?

Sumário em Português

- A edição deste ano de *Perspectivas Económicas da América Latina* centra-se nos que estão na parte central da distribuição do rendimento nas economias da América latina. Se esses sectores médios tiverem emprego estável e rendimentos razoavelmente sólidos, então, sem dúvida, constituem uma base sólida para o progresso económico. Além disso, de acordo com o papel político frequentemente atribuído à classe média por historiadores e sociólogos, podem igualmente apoiar plataformas políticas moderadas mas progressivas nas democracias da América Latina.
- De facto, este relatório demonstra que, contrariamente às expectativas, na América Latina este grupo é ainda economicamente vulnerável, são poucos os que possuem um diploma universitário e muitos trabalham em empregos informais. Esta é uma “classe média” bastante diferente do grupo que se tornou o motor de desenvolvimento em muitos países da OCDE. Na América Latina, quais são as características desses estratos médios vulneráveis? Como é que vêm a desigualdade, as políticas públicas e a democracia? De que forma podem as políticas públicas proteger os meios de subsistência destes agregados de estrato médio?
- Estas questões orientam *As Perspectivas Económicas da América Latina* para a discussão sobre “porquê” e “como” a mobilidade ascendente deveria e pode ser promovida, e como podem ser implementadas redes de salvação para proteger os segmentos de pessoas mais vulneráveis que se encontram nesses grupos de rendimento médio, bem como os agregados mais pobres e desfavorecidos na economia em geral.
- O relatório aborda políticas como a protecção social e a educação, que promovem a mobilidade ascendente, e sublinha a importância da política fiscal como ferramenta para financiar as reformas necessárias e programas que possam fazer participar os estratos médios da América Latina num contrato social renovado.

De que forma as pessoas que pertencem aos estratos médios – nem os mais ricos nem os mais pobres da sociedade – contribuem para o desenvolvimento económico? Em que situação se encontram, económica e socialmente, estas classes médias na América Latina? Inegavelmente, o aumento de um segmento da população com um nível de vida superior ao dos seus compatriotas mais pobres assinala um êxito na actual luta para reduzir a pobreza e oferece igualmente novos mercados e oportunidades para os empreendedores.

A edição deste ano de *Perspectivas Económicas da América Latina* centra-se na fortuna das pessoas que estão na parte central da distribuição do rendimento na América Latina. Esses estratos médios não constituem um grupo homogéneo. Frequentemente, são economicamente vulneráveis, sujeitos ao risco de baixar na escala económica. De facto, não correspondem às noções estereotipadas da "classe média", em termos da sua educação, segurança laboral ou poder de compra. A posição precária dos estratos médios da América Latina tem que ver com os elevados níveis de desigualdade económica, bem como com uma estrutura de instituições económicas e incentivos que recompensaram demasiadamente a procura de rendimento em relação ao espírito empresarial do sector formal, por exemplo. Esta edição de *Perspectivas Económicas da América Latina* apresenta políticas públicas que promovem a mobilidade ascendente e fornecem redes de segurança eficazes, com o objectivo de consolidar estes estratos médios em classes médias estáveis.

O CENÁRIO MACROECONÓMICO: OPORTUNIDADES FORA DA CRISE

O contexto macroeconómico da região permite melhores políticas públicas para consolidar estes estratos médios? A crise mundial de 2009 afectou seriamente as economias da América Latina: desceram 3.5% os volumes de exportação e 1.8% o PIB.¹ Contudo, várias economias na região mostraram resistência à crise, apresentando um desempenho relativamente bom comparativamente a outras economias mundiais e revertendo a recessão com notável rapidez. Além disso, comparadas com as economias da OCDE, as previsões de crescimento são favoráveis.

No entanto, existem ainda desafios importantes a vencer. As medidas que conduzem à estabilidade macroeconómica necessitam de ser institucionalizadas e a sustentabilidade dos balanços externos e fiscais devem ser garantidos. A curto prazo, as taxas de juro e os riscos cambiais continuam a ser obstáculos importantes para a captura de mais poupanças e a respectiva canalização em investimentos produtivos. Estes riscos deverão ser abordados através de acções públicas como a regulação e educação financeira. No entanto, se o sector financeiro representar adequadamente o seu papel no desenvolvimento, o principal desafio é aprofundar os mercados financeiros ao mesmo tempo que se mantêm sólidas práticas de crédito.

AS CLASSES MÉDIAS: QUAL O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO?

A importância crítica das classes médias pode ser verificada em padrões de crescimento económico de sucesso: uma classe média considerável e relativamente próspera está significativamente correlacionada com o crescimento a longo prazo. Os que se encontram na parte central têm, em termos históricos, favorecido uma vigorosa acumulação de capital, seja física (fábricas, equipamentos ou habitações) ou humana (educação e saúde). Uma classe média crescente é igualmente prova de uma redução tanto da pobreza como da desigualdade. Uma classe média forte pode influenciar o desenvolvimento económico através do seu apoio a programas políticos aconselháveis e plataformas eleitorais, em particular as que promovem o crescimento inclusivo. Por estas razões, existe um entusiasmo no que respeita à consolidação dos crescentes estratos médios para uma classe média estável que pode servir como motor para o consumo e a procura interna.

Quem se encontra na parte central da distribuição do rendimento da América Latina estará a desempenhar este papel? É a questão colocada pela edição de *Perspectivas Económicas da América Latina* deste ano.

QUEM SÃO OS “ESTRATOS MÉDIOS” NA AMÉRICA LATINA?

Tendo presente este potencial impacto no desenvolvimento económico, os estratos médios são definidos como agregados familiares com rendimentos entre 50% e 150% dos rendimentos médios de um agregado. As pessoas com rendimento abaixo de 50% do agregado médio são referidas como "desfavorecidas" e as pessoas com rendimentos superiores a 150% do rendimento médio como "abastadas." Esta definição tem vantagens em termos de comparabilidade

¹ De acordo com a Base de dados do FMI sobre as Perspectivas Económicas Mundiais de Abril de 2010.

e consistência entre os países e entre os estratos médios e outros grupos da sociedade. O espectro vai desde o Uruguai, onde, de acordo com esta definição, aproximadamente 56% da população se encontra no estrato médio, passando pelo México e Chile, com estratos médios constituindo aproximadamente 50% da população, até à Bolívia e Colômbia, onde os estratos médios equivalem a pouco mais de um terço da população.

O que significa pertencer aos estratos médios em economias em vias de desenvolvimento como as da América Latina? Na América Latina, os agregados familiares dos estratos médios são heterogêneos. A maioria dos agregados familiares dos estratos médios é encabeçada por um casal de adultos embora a proporção de agregados de casais casados seja ainda mais elevada entre os abastados. Os trabalhadores pertencentes ao estrato médio têm menos probabilidades que os abastados de serem funcionários públicos – professores ou funcionários do Estado, por exemplo. Apenas entre 9% (Peru) e 21% (Uruguai) dos membros com trabalho dos agregados dos estratos médios trabalha na administração pública, educação e saúde. Nem o estrato médio é o berço do empreendedorismo: a quota de empreendedores é mais elevada entre os abastados.

Tendo em conta a potencial contribuição dos estratos médios para o crescimento da economia e para o desenvolvimento, a mobilidade social deveria ser um objectivo importante de política pública na região. Mas quão estável é o estrato médio?

Em termos de mobilidade ascendente potencial, o Uruguai é o país onde os agregados familiares desfavorecidos estão em média mais perto do estrato médio que noutros países da região. Surpreendentemente, a Argentina, com o seu estrato médio relativamente elevado, é o país onde os desfavorecidos se encontram mais afastados do estrato médio. Em termos de resistência, mais uma vez o estrato médio do Uruguai é relativamente resistente ao risco de baixar para o estatuto de desfavorecido.

Em geral, os países devem conceber pacotes políticos incluindo medidas que promovam a mobilidade social ascendente mas que reduzam igualmente a vulnerabilidade do estrato médio a choques adversos.

PROTECÇÃO SOCIAL PARA TODOS: ESTRATOS SOCIAIS VULNERÁVEIS E INFORMAIS

A cobertura dos regimes de protecção social na América Latina permanece baixa apesar das reformas introduzidas desde os anos 90 em muitos países da região. Muitos países introduziram contas individuais de pensão privada obrigatórias para alcançar a sustentabilidade financeira e reforçar os incentivos à participação. No entanto, a taxa de trabalhadores que contribui activamente para os regimes de pensão manteve-se bem abaixo de 50% dos trabalhadores, semelhante ao que acontecia nos regimes tradicionais. As Reformas dos cuidados de saúde visavam universalizar o acesso, separando o acesso do pagamento das quotizações. No entanto, emergiu um sistema com dois níveis, no qual o nível não contributivo se caracteriza por um tratamento de baixa qualidade e pela falta de recursos. Finalmente, a cobertura do seguro de desemprego é baixa.

A dupla estrutura dos mercados de trabalho da América Latina e Caribe contribui para explicar esta cobertura limitada. A informalidade laboral é elevada e persistente, e a sua interacção com os regimes de protecção social contributivos cria um círculo vicioso: a maioria dos trabalhadores informais cotiza de forma irregular, se chegarem a cotizar. Tal coloca-os em elevado risco de mobilidade descendente quando ficam doentes, perdem o emprego ou se reformam.

A informalidade é também uma questão de estrato médio. Centrando-nos em quatro países -- Bolívia, Brasil, Chile e México -- encontramos 44 milhões de trabalhadores informais de estrato médio, constitui grande parte da população total 72 milhões de trabalhadores de estrato médio. Não é de surpreender, que os sistemas de protecção social não consigam alcançar nem metade dos trabalhadores de estrato médio. Não só as taxas de cobertura dos trabalhadores informais são extremamente limitadas, abaixo de 15% no Brasil, Chile e México, e quase insignificantes na Bolívia, como também se encontram mais claramente relacionadas com os níveis de rendimento do que no caso dos trabalhadores formais.

Para ajudar os elaboradores de políticas na concepção de políticas apropriadas, esta edição das *Perspectivas Económicas da América Latina* avalia reformas de pensão concretas, já introduzidas nalguns países da América Latina. As políticas pós-reforma incluem a extensão de pensões sociais, uma política onerosa mas eficaz na luta contra a pobreza. As políticas durante a vida activa parecem ter maior alcance para reformas de pensão beneficiando os estratos médios: inscrição obrigatória (ou semi-obrigatória) para os trabalhadores independentes mais instruídos, maior flexibilidade no que respeita às quotizações, e respectivas cotizações definidas (transferências feitas pelo Estado para um

plano de pensão de um indivíduo), tal pode ser pioneiro.

EDUCAÇÃO: PROMOVER A MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE PARA OS ESTRATOS MÉDIOS

A Educação é o primeiro domínio de política pública que vem à cabeça quando se pensa em medidas para promover a mobilidade social ascendente. De facto, nos países da OCDE, a persistência do sucesso escolar ao longo de gerações é um factor-chave de persistência no ganho de diferenciais entre os cidadãos. Adicionalmente, a educação é associada a maior satisfação pessoal, orgulho e sentido de identidade.

No entanto, na América Latina, as oportunidades são distribuídas de forma desigual: o acesso aos serviços educativos é baixo nas regiões dos estratos médios em comparação com os países da OCDE bem como com os agregados abastados na América Latina. As políticas públicas para reduzir as desigualdades inter e intra-geracionais estão assim amplamente justificadas.

Enquanto que para os agregados desfavorecidos parece haver mobilidade ascendente em termos de níveis de escolaridade, é muito pouco provável para os que se encontram no topo da mobilidade descendente, os estratos médios latino-americanos parecem estar entalados: o nível de escolaridade atingido pelos seus filhos anda pela conclusão do ensino secundário. O fosso entre os que têm pais com estudos superiores continua a ser grande. De cada 100 crianças cujos pais não completaram o ensino secundário, aproximadamente 10 concluem os estudos superiores. No caso dos filhos de pais que concluíram o ensino superior, os números equivalentes são 58 para as mulheres e 47 para os homens.

Justifica-se um optimismo comedido, no entanto: as experiências dos países da OCDE mostram que a mobilidade social intergeracional está receptiva à acção política, embora os resultados levem tempo para se materializarem completamente.

A despesa pública com o desenvolvimento pré-escolar enfraquece significativamente o vínculo entre a educação parental e o desempenho escolar da criança. Estas primeiras intervenções são um pré-requisito fundamental para garantir a igualdade de oportunidades mais tarde. Além disso, a inscrição no ensino secundário está longe de ser universal em toda a região e a educação obrigatória muitas vezes apenas cobre nove anos de educação. Uma extensão a 12 anos de requisito é exequível e desejável. Esta extensão de requisitos de ensino obrigatório pode vir a ter o maior impacto para os estratos médios, mas para os agregados desfavorecidos poderão ser necessários incentivos adicionais de forma a garantir a conformidade.

O complemento para aumentar a “quantidade” da educação pública é aumentar a sua qualidade. Melhor qualidade promoveria igualdade na educação estreitando o fosso existente entre a educação pública e privada. Como fazê-lo? Alguns ingredientes para a reforma passam por uma melhor administração das escolas, maior flexibilidade e mais responsabilidade, bem como um quadro de avaliação e incentivos para os administradores das escolas. Estas reformas podem melhorar o retorno das despesas correntes, e deveria incluir incentivos para professores e actualizar as competências e qualificações do corpo docente. As experiências dos países da OCDE constituem um guia útil para se observar o que se verificou ser eficaz e ineficaz.

OS ESTRATOS MÉDIOS: INTERVENIENTES-CHAVE NUM CONTRATO SOCIAL RENOVADO?

Numa democracia, a preferência dos eleitores pelo montante e tipo de rendimento de redistribuição do rendimento moldam aspectos importantes da política fiscal. Por sua vez, a política fiscal pode influenciar as percepções dos cidadãos no que respeita ao nível e qualidade dos serviços prestados pelo sector público. Nesta edição de *Perspectivas Económicas da América Latina* são analisadas as ligações entre os estratos médios e a política fiscal a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, que papel têm os estratos médios da América Latina na modelação da política fiscal e na redistribuição em particular? Os estratos médios da América Latina apoiam fortemente a democracia, mas são críticos relativamente à forma como funciona. Esta perspectiva é amplamente moldada pela baixa qualidade dos serviços públicos prestados pelos governos.

Em Segundo lugar, quais são os efeitos das políticas fiscais nos estratos médios? Uma análise pormenorizada sobre a incidência de benefícios fiscais para o Chile e o México mostra que as transferências líquidas na América Latina

beneficiam os agregados familiares desfavorecidos. Para os estratos médios, as coisas são muito menos claras. O que as pessoas dos estratos médios pagam de impostos aproxima-se do que recebem em termos de despesa pública. No Chile, as pessoas dos estratos médios (decil) pagam, em média, impostos que equivalem a 18.6% do seu rendimento disponível, enquanto recebem benefícios de 20.6%. De igual modo, no México os impostos elevam-se a 16.5% do rendimento disponível e os benefícios são de 23.8%. Resumindo, o efeito líquido da política fiscal para as famílias do estrato médio, ainda que marginalmente positivo, não é elevado, e beneficiam mais de serviços em espécie como a educação e os cuidados de saúde.

Como resultado, se os serviços públicos forem de baixa qualidade, então é provável que os estratos médios se considerem perdedores em matéria fiscal e estejam menos dispostos a contribuir para o financiamento do sector público. A baixa percepção da qualidade dos serviços públicos como a educação ou os cuidados de saúde leva os estratos médios a procurá-los no sector privado, impondo um significativo fardo adicional nos orçamentos dos agregados familiares.

De que forma podem os governos continuar a promover políticas económicas mais pragmáticas e ao mesmo tempo reforçar o contrato social? Será melhor começar pelas reformas que têm como objectivo melhorar a qualidade dos serviços públicos, para que os utilizadores efectivos aumentem a sua procura e apoio aos mesmos. Tal construiria uma circunscrição social para a expansão da despesa pública e para os impostos necessários ao seu financiamento. Uma solução será elaborar reformas tributárias que proporcionem maior colecta de rendimentos ao mesmo tempo que se observam cuidadosamente os seus efeitos de distribuição. Este tipo de reformas tem de ser baseado numa melhoria contínua da administração fiscal e na transparência da despesa pública e dos rendimentos.

© OECD 2010

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

